

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

DAY (James) e CHAMBERS (Mortimer). — **Aristotele's History of Athenian Democracy**. University of California Press. Berkeley and Los Angeles. 1962.

A obra de James Day e Mortimer Chambers vem aumentar a já rica bibliografia a propósito da **Athenaion Politeia** de Aristóteles, colocando-se, visivelmente, na linha traçada por Jacoby. Na verdade, a peça encontrada em parte no Museu de Berlim por Bergk (1880) e sua forma mais completa conhecida atualmente, através de outra encontrada no Museu Britânico (1890) e apresentada por Kenyon no ano seguinte, tornou-se um dos elementos-chaves para o estudo do desenvolvimento político do estado ateniense.

No primeiro capítulo os autores tomam posição face a dois problemas básicos: autoria e fontes. Se bem que o título do referido capítulo seja "Publicação e Autoria", a preferência pela proposição segunda (autoria), é nitida. As discussões académicas em torno da autoria da **Politeiai** (se foi ou não Aristóteles o autor, e outras que tais) são levantadas, mas logo abandonadas com a seguinte justificativa: "estamos convencidos de que a AP é um trabalho autêntico escrito por Aristóteles; mas se esta posição fôr refutada pelo progresso dos estudos, as hipóteses dêste livro não serão afetadas. Existem na AP teorias e padrões manifestamente nutridos pelas doutrinas de Aristóteles" (pág. 4). Com isso passa-se às fontes e, a linha mestra do estudo (freqüentemente abandonada, aliás), é dada ainda por Jacoby, ao tomar-se como ponto básico para a análise a situação política real de Aristóteles. Apresentam os autores, as fontes tradicionalmente conhecidas: uma única referência a Heródoto e eis aberto um problema — Aristóteles não se preocupou em indicar as fontes que utilizara. Tucídides é reconhecido; nota-se facilmente a utilização de poemas de Sólon; os Attidógrafos, em especial Andrótion. Mas a ausência da utilização de documentos oficiais (decretos, etc.) é flagrante e, como observam os autores, a causa de erros. A comparação das obras de Andrótion e Aristóteles, no tocante à lei do ostracismo (comparação clássica), mostra o espírito das duas posições. À pergunta que sugere a questão, ou seja, qual a causa da diversidade, respondem os autores: "provavelmente o decreto, pelo qual a lei foi baixada, desapareceu" (pág. 13).

A passagem ao problema seguinte (crítica das fontes) vai antecipar um caráter valioso da obra: o estudo da metodologia historiográfica de Aristóteles, pois que "o uso das fontes por Aristóteles será examinado através de todo o livro" (pág. 23). Ao mesmo tempo apresentam os autores um problema de primeira importância: a crítica das fontes esbarra num grande obstáculo — Aristóteles trabalhava de acordo com seus requisitos filosóficos. A AP não é, co-

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa das suas obras para a competente resenha bibliográfica (Nota da Redação).

mo erroneamente se considera, “um trabalho puramente empírico” (pág. 23) mas visa expor e justificar a idéia aristotélica das quatro formas de democracia, cuja análise ocupará os autores na parte mais extensa da obra: Capítulo IV — Primeira Democracia: Sólon e Pisistrato; Capítulo V — Média Democracia; Clístenes, o Areópago; Capítulo VI — Quarta Democracia e Revolução.

A sensibilidade dos autores, para problemas de grande importância da ação de condições sócio-políticas reais de Aristóteles sobre sua obra, é limitada. O Capítulo II — População e Democracia, trata da questão de forma expositiva, sendo dada a orientação por expressões como: “na Política Aristóteles sugere”..., “êle (Aristóteles) diz que a classe superior foi fraca na liderança”..., mas não se ultrapassa os limites da apresentação quase fotográfica. O mesmo não acontece no capítulo VII (último — A AP e o historiador. As posições surgem mais definidas mas, mesmo assim, preocupam-se os autores muito mais com o Aristóteles filósofo (e injunções sobre a obra) do que com Aristóteles homem atingido pela época, vivendo e, direta ou indiretamente, retratando a época.

ISTVÁN JANCsó.

*

* *

ARNOLDSSON (Sverker). — *La Conquista Española de América Según el Juicio de la Posteridad*. Madrid, Insula, 1960, 75 pp.

O tema sobre o qual se elaborou o presente ensaio é de indiscutível atualidade. Atente-se para a abundante literatura produzida e para o elevado número daqueles que, denegando ou defendendo a política colonial espanhola, tem enriquecido a já rica biblioteca histórica americana e européia.

O Autor, ante os aspectos inúmeros e complexos determinados pela Conquista Espanhola da América, limitou seu estudo à procura de uma resposta para a seguinte formulação:

“Fue la Conquista una acción salvaje, la cual, en interés de los conquistadores, sojuzgó o, de otro modo, perjudicó a los indios, o fue una cruzada, la que, desde uno u otro punto de vista, liberó o, de otra forma, benefició a los indios?” (pág. 11).

A solução, procurou-a num verdadeiro trabalho de exegese bibliográfica, apresentando, de maneira imparcial, as opiniões de cronistas, historiadores, ensaísta e literatos hispano-americanos e europeus que, do século XVI ao século XX, se tem ocupado de tão apaixonante assunto.

Ao analisar as obras de três escritores espanhóis do século XVI, o Sr. Arnoldsson busca o equilíbrio de opiniões sobre a Conquista. P. Bartolomé De Las Casas, na sua *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* considerou a Conquista: